



RELATÓRIO DE CAMPO

Iniciativas visitadas em Abaetetuba, PA

21 a 27 de Junho de 2019

O projeto AGENTES “Governança da Amazônia para Viabilizar Transformações em Direção à Sustentabilidade” faz parte de um Consórcio internacional vinculado ao Programa Belmont Forum. Este projeto é composto por seis universidades de quatro países – EUA, Brasil, Holanda e Suécia.

Sumário

Apresentação	4
1. COFRUTA, Agroindústria (fábrica) e as Lideranças locais.....	5
1.1. <i>Visita ao escritório da COFRUTA</i>	5
1.2. <i>Visitas à fábrica da COFRUTA</i>	7
2. Sistemas Agroflorestais e Manejo Florestal – Pequena Propriedade Rural.....	10
3. Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs) e o Manejo Florestal	11
4. Comunidade Quilombola e Associação de Mulheres Quilombolas Jenipaúba: Sistemas Agroflorestais, Manejo Florestal e Produção de Sementes Nativas / Coordenação de Associações de Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará – MALUNGU:.....	12
5. Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs): Movimentos Sociais e a Luta pela Demarcação Territorial.....	15
5.1. <i>Movimentos sociais e demarcação de Territórios nas Ilhas de Abaetetuba</i>	15
6. Os Megaprojetos e o Movimento de Ribeirinhos e Ribeirinhas das Várzeas de Abaetetuba (MORIVA): Questão Agrária e Segurança Alimentar.....	19
6.1. <i>Ameaças de destruição, megaprojetos e resistência organizada</i>	20
7. Território Quilombola Laranjituba e as Lideranças Locais: Organização Social, Sistemas Agroflorestais e Manejo Florestal	23
8. Mapeamento Participativo	26
8.1. <i>Resultado das Oficinas de Mapeamento Participativo</i>	28
Considerações finais.....	30
AGRADECIMENTOS	32

AUTORES

Marina Londres

Pesquisadora de Pós-doutorado
Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais
(NEPAM)
Universidade de Campinas – Brasil

Daiana Carolina Monteiro Tourne

Pesquisadora de Pós-doutorado
Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais
(NEPAM)
Universidade de Campinas – Brasil

Sacha Ortiz Siani

Doutorando
Departamento de Antropologia
Universidade de Indiana – Estados Unidos
da América

Célia Regina Tomiko Futemma

Professora e Pesquisadora
Coordenadora do Projeto no Brasil
Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais
(NEPAM)
Universidade de Campinas – Brasil

Fábio de Castro

Professor e Pesquisador
Pesquisador principal do Projeto

Centro de Estudos e Documentação
Latino-Americanos (CEDLA)
Universidade de Amsterdam – Holanda

Carl Salk

Pesquisador principal do Projeto
Swedish University of Agricultural Science
Universidade de Ciências Agrícolas -
Suécia

Maria Tengö

Pesquisadora principal do Projeto
Stockholm Resilience Centre
Universidade de Stockholm - Suécia

Gabriela Russo

Doutoranda
Centro de Estudos e Documentação
Latino-Americanos (CEDLA)
Universidade de Amsterdam – Holanda

Eduardo Sonnewend Brondizio

Professor e Pesquisador
Coordenador Geral do Projeto
AGENTES – Belmont Forum
Departamento de Antropologia
Universidade de Indiana – Estados Unidos
da América

APRESENTAÇÃO

O trabalho de campo realizado pela equipe AGENTES em Abaetetuba (Pará) teve duração de uma semana, entre os dias 21 e 27 de junho de 2019. Os membros da equipe que participaram das visitas foram Marina Londres, Maria Tengö, Carl Salk, Gabriela Russo, Fábio de Castro e Sacha Siani. Esse primeiro trabalho de campo teve um caráter exploratório para que os membros do projeto AGENTES pudessem conhecer a realidade local da região de Abaetetuba. A equipe visitou várias iniciativas voltadas para a sustentabilidade, entre elas destacamos o processo de reconversão de plantações de cana-de-açúcar para sistemas agroflorestais baseados no manejo tradicional do açaí consorciado com espécies nativas de uso madeireiro e não madeireiro de valor comercial e medicinal, tais como andiroba (*Carapa guianensis*), murumuru (*Astrocaryum murumuru*), ucuúba (*Virola surinamensis*), entre outras espécies.

Ao mesmo tempo que observamos na região de Abaetetuba uma população rural organizada e com diversas iniciativas sustentáveis, o município sofre graves ameaças de destruição e desmatamento, como um projeto de construção de um megaporto de escoamento de soja da Cargill na parte baixa das ilhas e, na porção continental (terra firme), a expansão das fazendas de gado para exportação e das plantações de dendê, compondo as fronteiras do desmatamento. Nos dois cenários, as comunidades locais estão organizadas e resistindo.

As visitas, conversas, atividades e entrevistas coletivas forneceram uma gama de informações acerca de soluções transformadoras acontecendo naquela região, seus atores e suas estratégias, assim como históricos e atuação de organizações sociais. As próximas seções trazem sínteses das principais iniciativas visitadas. Na figura 1, encontra-se o mapa de iniciativas visitadas. A seguir, a descrição detalhada de cada iniciativa.

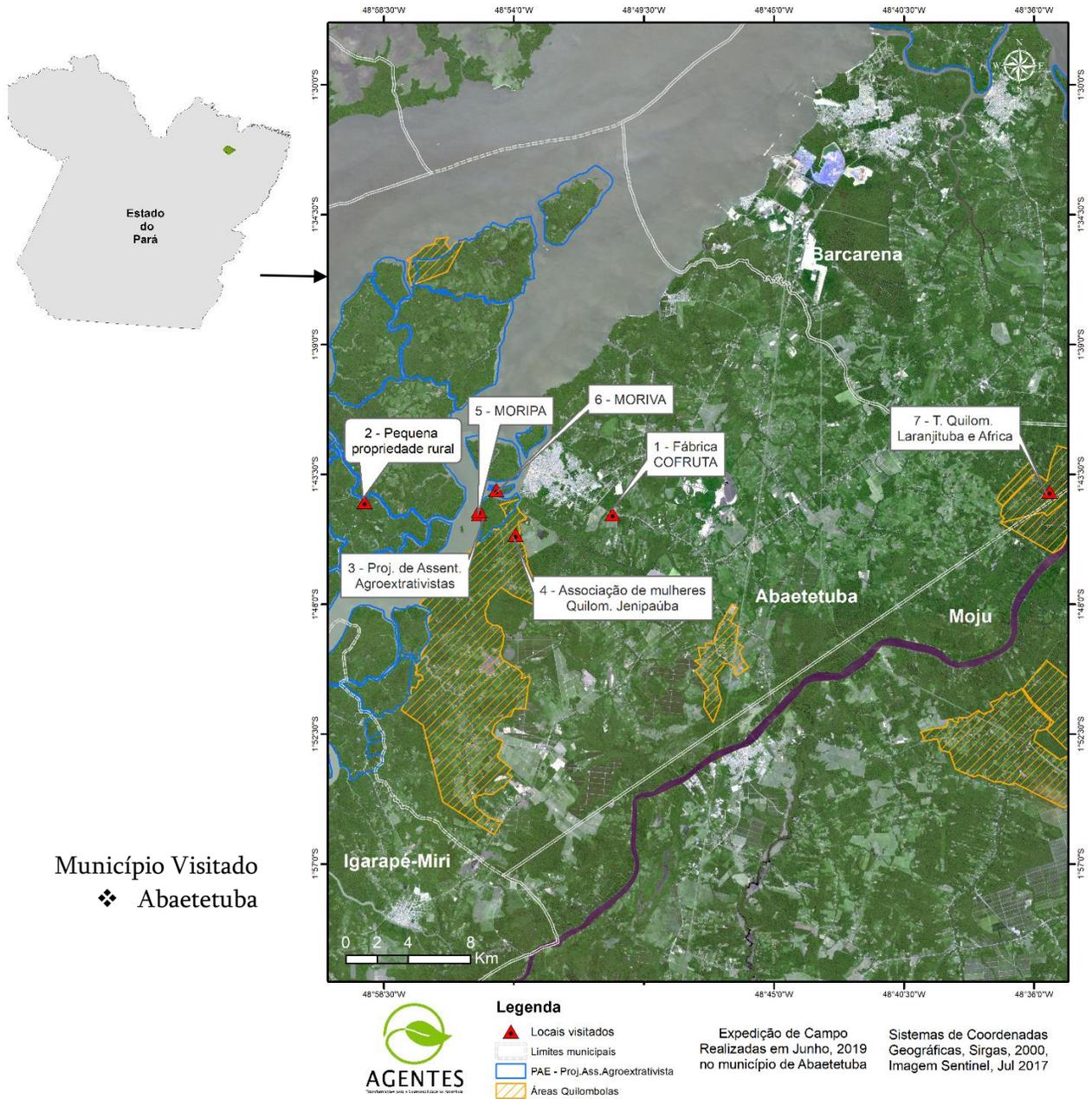


Figura 1. Mapa de localização das iniciativas visitadas (Elaborado por D. Tourne).

1. COFRUTA, Agroindústria (fábrica) e as Lideranças locais

1.1. Visita ao escritório da COFRUTA

A visita aconteceu no dia 21 de junho de 2019 onde estavam presentes quatro integrantes do projeto AGENTES (Marina Londres, Maria Tengö, Gabriela Russo e Carl Salk), e integrantes da COFRUTA (Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba)¹ e outras lideranças locais: um pequeno agricultor local, morador das ilhas de Abaetetuba e coordenador de produção da COFRUTA, o presidente da COFRUTA e pequeno agricultor no PAE Cataiandeua, uma representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais STTRA e associada da COFRUTA, e a Secretária da COFRUTA (Figura 2). Iniciamos a conversa acerca do histórico de ocupação e mudanças de uso da terra no município e sobre os aspectos gerais da cooperativa. As lideranças locais nos contaram que a COFRUTA surgiu do movimento social, mais especificamente, de articulações do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Abaetetuba (STTRA).

Entre 1950 e 1975, houve uma economia muito bem estabelecida de cana-de-açúcar para a produção de cachaça, com cerca de 50 a 70 fábricas de cachaça na região operando sob o sistema de aviamento em que a população local não tinha direitos à terra, recursos e as relações de trabalho e de mercado eram profundamente injustas. Após o fim da economia da cana-de-açúcar na região, principalmente em decorrência da construção da rodovia Belém-Brasília (BR-153), que passou a transportar as cachaças fabricadas no sudeste do país, começou a haver um processo de regeneração das florestas naturais das ilhas, tanto como um fenômeno natural (pelos sedimentos trazidos pelas marés da várzea), quanto pela ação das populações ribeirinhas locais que mantinham espécies nativas em seus quintais. Atualmente, a população ribeirinha local nas ilhas está diversificando cada vez mais as florestas baseadas no açaí, com muitas espécies locais e usando o conhecimento tradicional e sistemas coletivos diversificados.

A história da COFRUTA teve início na década de 1990, primeiro através do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba (STTRA) que, a partir de suas

¹ https://www.facebook.com/cofrutadobrasil/?ref=page_internal

articulações, criou uma associação de produtores rurais (ADEMPA – organização de associações com mais de 600 sócios), com o intuito de viabilizar a obtenção de créditos para estimular a produção familiar de frutíferas, o manejo do açaí e de sistemas agroflorestais. A iniciativa foi bem-sucedida, com fartas colheitas dos produtos agroflorestais, no entanto, não havia um mercado que absorvesse toda a produção. Naquele momento, a organização social (sindicato de trabalhadores rurais e associações) serviu como um veículo para criar coletivamente uma solução para a falta de acesso ao mercado da produção local (apesar do aumento da demanda de açaí a partir da década de 1990). Eles se organizaram para vender conjuntamente a produção na maior feira de Belém, o Ver-o-Peso, onde vendiam toda a produção para diferentes compradores, mas naquela ocasião conheceram um representante da cooperativa de Tomé-Açu (Pará), a CAMTA (Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu).

"Tinha muito açaí já e a gente não sabia para quem vender, aí chamei os meus agricultores, reunimos lá, lá naquele espaço do sindicato onde a gente sentou e fizemos acho que umas cinco reuniões e depois o pessoal disse "ah bora vender isso! Onde é que a gente vai vender? Na pedra do Ver o Peso que é famosa na história. Aí falamos com uns parceiros nossos que tinham um caminhão, organizamos os agricultores, nós começamos com 35 agricultores, conseguimos organizar 423 latas de açaí, no dia 23 de agosto de 1999, separamos cartãozinho colocando o nome da pessoa, o número de telefone e fomos para a pedra do Ver o Peso e vendemos tudo a um preço maior do que o planejado. Daí chegou um cidadão que falou que era da CAMTA [Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu], aí nós pegamos um papelzinho daqueles, e nesse mesmo ano a gente já vendeu só para CAMTA 80 toneladas, já não voltamos no Ver o Peso. Assim começou nossa primeira história, lá no Ver o Peso" [Presidente da COFRUTA].

A COFRUTA é uma cooperativa criada e gerida por agricultores familiares e extrativistas no município de Abaetetuba. Atualmente, a cooperativa tem cerca de 90 associados sendo que a mesma também compra matéria prima de outras cooperativas na região.

Os cooperados são pequenos agricultores e extrativistas tanto das ilhas quanto da terra firme (continente), mas também trabalham com não-cooperados cadastrados. Para ser cooperado, eles precisam atender à alguns critérios, como ser um e agricultor familiar, ter uma renda anual de no máximo R\$ 28.000, ter os produtos que a COFRUTA comercializa e estar disposto a trabalhar.



Figura 2: Entrevista coletiva com lideranças da COFRUTA, no escritório central da cooperativa. Abaetetuba/PA. Junho de 2019.

1.2. Visitas à fábrica da COFRUTA

A visita à Fábrica da COFRUTA aconteceu em duas etapas: a primeira com a participação de Maria Tengö, Carl Salk, Marina Londres e Gabriela Russo no dia 24 de junho de 2019, e a segunda com a participação de Fábio de Castro, Sacha Siani e Marina Londres, no dia 26 de junho de 2019. Nas duas visitas, o presidente da cooperativa nos recepcionou, forneceu uma breve explicação sobre a trajetória da COFRUTA e nos guiou para conhecer de perto as instalações da fábrica, que compreende duas unidades fabris: uma para produção de polpas (onde o carro-chefe é açaí), e outra para a produção de óleos provenientes de essências florestais da região, como o óleo de andiroba (*Carapa guianensis*).

Como resultado de movimentos e arranjos sociais, a COFRUTA é uma cooperativa de base que foi desenvolvida, nos últimos 17 anos, e composta por produtores locais das ilhas e do interior do município. Eles começaram produzindo geléia para aproveitar a produção de frutas e agregar valor ao produto, e pensando em como poderiam produzir, armazenar e congelar polpas de frutas. Em 2002, inauguraram uma pequena fábrica de polpas (que depois foi sendo ampliada), estabeleceram várias parcerias ao longo desses 17 anos, começando com o FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional)² que trouxe outros contatos e, depois de algum tempo, começaram a fazer suas próprias conexões, nacional e internacionalmente, ou seja, por conta própria.

Atualmente, eles têm três frentes principais de trabalho, que são o processamento do açaí, frutas para a polpa e óleo de semente nativas, e duas fábricas: uma para produção de polpas de frutas (Figuras 3 e 4) e outra para produção de óleos de sementes nativas (Figuras 5 e 6). Eles demonstraram muito entusiasmo com a produção de óleos de sementes porque têm sete espécies diferentes de óleo: tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), patauá (*Oenocarpus bataua*), murumuru (*Astrocaryum murumuru*), andiroba (*Carapa guianensis*), ucuúba (*Virola surinamensis*), açaí (*Euterpe oleraceae*), e pracaxi (*Pentaclethra maculosa*). Segundo relatos do presidente da

² <https://fase.org.br>

cooperativa, eles estão gerando uma renda considerável a partir da comercialização destes óleos, o que é algo promissor, pois esse é o tipo de produção que vem dos mais diversos sistemas florestais, baseados em produtos florestais não-madeireiros (PFNMs) e no manejo de florestas nativas, com baixo impacto ecológico. Comercialmente, a COFRUTA não opera com exclusividades de comprador, optando pela diversidade de compradores, nacional e internacionalmente. No Brasil, a empresa de cosméticos Natura é um dos compradores dos óleos de sementes florestais que a COFRUTA fabrica, com destaque em pureza e qualidade. Além disso, os sistemas agroflorestais de base familiar no interior do município (terra firme) fornecem frutos para a produção de polpas para a fábrica da COFRUTA.



Figuras 3 e 4: Unidade fabril da COFRUTA que processa polpas de frutas. Abaetetuba – Pará. Junho de 2019.



Figuras 5 e 6: Unidade fabril da COFRUTA que processa óleos de essências florestais. Abaetetuba – Pará. Junho de 2019.



Figuras 7 e 8: Silos de armazenamento de sementes florestais, para produção de óleo. Pátio da fábrica da COFRUTA. Abaetetuba – Pará. Junho de 2019.

2. Sistemas Agroflorestais e Manejo Florestal – Pequena Propriedade Rural

Participaram desta visita, Marina Londres, Maria Tengö, Gabriela Russo e Carl Salk, o condutor local e morador das Ilhas de Abaetetuba (PA) e o extrativista/agricultor que detém a propriedade, no dia 22 de junho de 2019. A propriedade fica nas Ilhas Abaetetuba, mais precisamente na Comunidade Maracapocu Santa Maria. A região das Ilhas é caracterizada por florestas secundárias de várzea que, algumas décadas atrás, eram plantações de cana-de-açúcar.

O modelo de uso da terra é a Reserva Agroextrativista (Projeto Agroextrativista - PAE³), e a propriedade é uma demonstração dos sistemas de manejo florestal baseados no açaí (*Euterpe oleracea*), caracterizados por florestas secundárias enriquecidas com açaí e consorciadas com espécies madeireiras e não-madeireiras, como andiroba (*Carapa guianensis*) e ucuúba (*Virola surinamensis*), além de árvores frutíferas, como cacau (*Theobroma cacao*), coco (*Cocos nucifera*) e banana (*Musa sp.*) (Figuras 8 e 9). Na propriedade, também existe uma casa de secagem rudimentar para pré-processamento de sementes de oleaginosas. Esses produtos florestais são vendidos para a cooperativa COFRUTA, para intermediários, na feira de mercado e também utilizados para fins de subsistência. Por meio desse sistema de uso da terra, as comunidades locais são capazes de realizar atividades econômicas (incluindo renda e subsistência), assegurando a biodiversidade, a conservação da floresta e seus serviços ecossistêmicos⁴.

Antes da visita no interior da propriedade, houve uma conversa na residência do agricultor e extrativista, com a presença de outro agricultor/extrativista e equipe do AGENTES. Nessa ocasião, eles contaram que, na época da ditadura militar (1964-1985), as comunidades eclesiais de base (CEB) promoviam reuniões nos porões das igrejinhas locais, onde se discutia conscientização política e estratégias de organização social, dentre outros assuntos, e que dessas discussões se formou o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de

³ Veja seção 5; http://www.incra.gov.br/pt/?option=com_content&view=article&id=142

⁴ Serviços que a natureza fornece aos seres humanos e que são indispensáveis à sua sobrevivência, estando associados à qualidade de vida e bem-estar das pessoas.

Abaetetuba. A partir daí, foram sendo feitas discussões de melhoria da produção rural organizada, e assim formaram associações para a obtenção de crédito rural, mas especificamente, o FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, Banco da Amazônia).

Em 1990, eles fundaram então a ADEMPA – Organização de associações com mais de 600 sócios -, que viabilizou os empréstimos bancários do FNO, através de projeto de açaizais (nas ilhas) e de coco, banana e cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) (na terra firme/continente). Uma vez que a produção começou a dar frutos, precisava-se de mercados para comercializar os produtos agrícolas/agroflorestais. Em paralelo, o Centro Tipiti, um centro educacional local desenvolvido para a formação de jovens, através de uma parceria com a organização não governamental FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), deu-se um intercâmbio com um grupo de jovens organizados de universidades estrangeiras, da Bélgica e Suíça, que por sua vez, arrecadou fundos para treinamentos em processamento de frutas e produção de geleias em vidro. O objetivo era criar uma cooperativa para fazer doce, geleia e compota. Segundo eles, esse foi o início dos arranjos de mercado que, mais tarde, deram origem à cooperativa COFRUTA.



Figuras 9 e 10: Propriedade rural na Ilha Abaetetuba com a equipe AGENTES em meio à produção Agroflorestal. Abaetetuba (PA), Junho de 2019.

3. Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs) e o Manejo Florestal

A visita na propriedade de um outro pequeno agricultor aconteceu no dia 25 de junho de 2019, estando presentes os pesquisadores do projeto Fábio de Castro, Sacha Siani e Marina Londres. Inicialmente, fizemos uma conversa informal em sua residência, onde ele nos contou um pouco sobre a história dos engenhos de cachaça de Abaetetuba e das lutas sociais que resultaram nas criações dos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs) nas ilhas de Abaetetuba. Após essa conversa, ele nos guiou em uma caminhada no interior de sua propriedade, que consiste em sistemas de manejo florestal, caracterizados por florestas secundárias enriquecidas com açaí, consorciadas com espécies madeireiras e não madeireiras, como andiroba (*Carapa guianensis*) e ucuúba (*Virola surinamensis*), em um modelo de sucessão florestal planejado para reproduzir a dinâmica ecológica de uma floresta natural da região.

O proprietário em questão realizou vários cursos de sistemas agroflorestais desde a sua juventude, através de intercâmbios promovidos pela FASE. Esses produtos florestais são vendidos para a cooperativa COFRUTA e utilizados para fins de subsistência. Por meio desse sistema de uso da terra, as comunidades locais são capazes de realizar atividades econômicas (incluindo renda e subsistência), assegurando a biodiversidade e a conservação da floresta e seus serviços ecossistêmicos (Figuras 11 e 12).



Figuras 11 e 12: À esquerda, o secador de sementes, construído e mantido pela maioria dos associados da COFRUTA. À direita, Sistema Agroflorestal. Abaetetuba/PA. Junho de 2019.

4. Comunidade Quilombola e Associação de Mulheres Quilombolas Jenipaúba: Sistemas Agroflorestais, Manejo Florestal e Produção de Sementes Nativas / Coordenação de Associações de Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará – MALUNGU

A Comunidade Quilombola Jenipaúba fica na parte continental de Abaetetuba (PA), porém localizada próximo ao rio Meruú-Açu. A conversa se deu de forma coletiva sob a sombra de uma casa de farinha (Figura 10) A visita aconteceu no dia 22 de junho de 2019, além da equipe AGENTES (Maria Tengö, Carl Salk, Marina Londres e Gabriela Russo), estavam presentes a tesoureira da associação de mulheres, uma senhora da comunidade que participa

do grupo de mulheres, outra senhora nascida e criada na comunidade e que participa da Associação de mulheres e o coordenador regional da MALUNGU - Coordenação de Associações de Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará.

A iniciativa visitada foi a Associação de Mulheres Quilombolas de Jenipaúba (AMQJ), composta por 14 famílias. As atividades desenvolvidas pela associação são processamento de sementes florestais, fabricação de artefatos com sementes florestais, comercialização da produção de artefatos na feira agrícola familiar de Abaetetuba, manejo do açaí, sistemas agroflorestais com andiroba, cupuaçu, pupunha, acerola e limão em parceria com Secretaria de Agricultura de Abaetetuba, que apoia oficinas de treinamento. A tesoureira da Associação de Mulheres da comunidade é uma liderança local, tanto da comunidade, como da secretaria de mulheres do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STTRA), além de, gerente de escola e professora.

Ela é formada em Pedagogia das Águas pela UFPA (parceria com o INCRA), especializada em Educação Rural e Extensão Rural. Seu conhecimento e treinamento ajudaram a dar visibilidade aos sistemas de produção local. As principais atividades da Associação de Mulheres Quilombolas Jenipaúba – AMQJ compõem-se de: beneficiamento de sementes, produção de biojóia, comercialização de produtos na feira de agricultura familiar de Abaetetuba; manejo de açazal, sistemas agroflorestais, participação no Projeto Fundo Dema⁵ (FASE) para construção de espaço para oficinas e confecção de biojóias, políticas públicas através da ARQUIA, parceria com a Secretaria de Agricultura de Abaetetuba, que dá apoio a oficinas de capacitação.

O Coordenador regional da MALUNGU (que abrange Abaetetuba, Moju, Concórdia do Pará, Acará, Ananindeua e Barcarena), explicou que a MALUNGU foi dividida em cinco regiões no estado, que, em suas palavras, “*não é na divisão regional do estado, é na divisão regional nossa*”. Na regional que esse senhor coordena, tem 65 comunidades quilombolas.

⁵ <http://www.fundodema.org.br>

Comunidades e associações quilombolas no estado são filiadas à MALUNGU (Pará), que por sua vez é filiada à Coordenação Nacional de Quilombos – CONAQ. Segundo relatos da entrevista, em 1999, o então governador do Pará Almir Gabriel criou o Programa Raízes que desenvolvia projetos de fortalecimento das comunidades quilombolas. O governador Jatene (2003-2007 e 2011-2019) tentou acabar com o Programa Raízes, mas não conseguiu. Porém, a governadora Ana Júlia (2007-2011) conseguiu acabar com o Programa e, foi então, que a MALUNGU foi fundada (inicialmente para coordenar as funções que antes eram executadas pelo Programa Raízes).

A FASE chegou a ajudar na formação de cinco conselhos regionais (compostos por um coordenador, um secretário e um tesoureiro) da MALUNGU. A FASE apoiou, e ainda apoia, o financiamento da MALUNGU, mas atualmente, eles estão lutando para ter autonomia financeira. A MALUNGU trabalha com várias frentes de articulação social, cultural, política e de produção, incluindo demarcação de territórios, na organização de Encontro de Mulheres Quilombolas com cerca de 600 participantes e acontece a cada dois anos (com apoio da Fundação Ford). A organização estabelece também parcerias com SESI Nacional e buscam comunicação com os ministérios federais para buscar elaboração de políticas públicas que representam as comunidades quilombolas. A exemplo, a Fundação Cultural Palmares do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) é que certifica as comunidades (auto-demarcação) para que o estado possa titular essas terras junto ao ITERPA (Instituto de Terras do Pará) ou INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Foram relatados problemas com o atual governo estadual (não tem mais parcerias), conflitos de terra envolvendo invasão de territórios quilombolas e assassinatos de lideranças a mando de fazendeiros de gado. Demonstraram preocupação com a empresa de energia Equatorial que derruba as florestas e com o projeto de construção do porto da Cargill, que segundo eles, vai dizimar comunidades na região.



Figura 13: entrevista coletiva com lideranças da comunidade Quilombola Jenipaúba. Abaetetuba/PA. Junho de 2019.

5. Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs): Movimentos Sociais e a Luta pela Demarcação Territorial

Comunidade São João Batista, Rio Capompema, PAE São João Batista

A visita aconteceu no dia 25 de junho de 2019, e onde estiveram presentes Marina Londres, Fábio de Castro, Sacha Siani, o nosso condutor local, e o presidente do Movimento de Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas dos PAEs de Abaetetuba (MORIPA). O presidente do MORIPA nos deu uma entrevista muito interessante explicando os processos de organização social presentes nas Ilhas Abaetetuba, e seu papel na consciência política, trabalho em grupo, redes de reciprocidade e solidariedade e assim por diante. Ele explicou como as comunidades locais estão se organizando através do movimento para resistir à construção de um porto para exportar grãos nas ilhas com ameaças a sérios danos sociais e ambientais. Explicou também a dinâmica local do trabalho em grupo e que, a cada dia da semana, os moradores da comunidade se reúnem para trabalhar em diferentes atividades, a exemplo da confecção do matapi (armadilhas para pescar camarões). Outro exemplo de atividades coletivas foi um comércio comunitário, que fomos apresentados durante a visita. Nosso entrevistado também nos apresentou a um sistema de aquicultura que desenvolveu, bastante interessante e produz peixe para subsistência (Figuras 14 e 15).

5.1. Movimentos sociais e demarcação de Territórios nas Ilhas de Abaetetuba

O presidente do MORIPA nos deu interessantes relatos quanto ao histórico de organizações sociais locais que envolvem ações coletivas, articulações políticas para reivindicação de direitos, as lutas e conquistas pelo direito à permanência na terra. Segundo ele, no início da década de 1980, iniciou-se nas comunidades locais a organização das cantinas comunitárias para ajudar a melhorar a condição de vida das famílias das Ilhas de Abaetetuba, que, na época, ainda era muito precária. A partir daí, começou a organização do movimento para lutar pelo título da terra, foi surgindo a preocupação do movimento social junto com a paróquia, então se aliaram ao Movimento de Pequenos Agricultores (MPA, movimento social

de camponeses a nível nacional) e levaram um projeto de regularização fundiária para Brasília (DF). Após algumas viagens à Brasília com reivindicações do direito à terra das populações das Ilhas de Abaetetuba, em 2003, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva assinou um projeto permitindo a criação de assentamentos em Terras de Marinha (que pertencem à União), e a partir daí, começou o processo de regularização fundiária nas ilhas com os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAES).

Os projetos de assentamento, por sua vez, viabilizaram a implementação de inúmeras políticas públicas que, segundo vários relatos, foram essenciais para a melhoria das condições de vida dos moradores da região. Antes disso, a situação era muito precária, e chegavam a morar cinco famílias em uma casinha de palafita. Através do projeto de assentamento vieram as habitações, veio o apoio inicial que era o recurso no valor de R\$ 2.400,00 para alavancar as atividades produtivas, para comprar os materiais e equipamentos de trabalho. *“E aí esse nosso projeto, foi o projeto que deu uma alavancada nas nossas ilhas, uma melhorada na vida das famílias, hoje é difícil você andar nas ilhas e você vê um morador numa casa coberta de barro, palhas de miriti, assoldado de paxiúba. Hoje você vê nas ilhas tem casa de alvenaria, várias casas na ilha de alvenaria, quando não é de alvenaria, casas boas de madeira”* (Presidente do MORIPA/Líder comunitário).

Esse processo de regularização fundiária, junto às políticas de habitação e transferência de renda freou o êxodo rural que vinha acontecendo na região, permitiu que a população local pudesse investir em um melhor uso dos recursos naturais através, principalmente, do manejo de açaí, de outros produtos florestais não madeireiros e da pesca e promover um fenômeno de conservação produtiva.

“A situação naquela época era muito ruim, os trabalhadores eram trabalhadores de engenho, aí só quem tinha casa boa era o patrão que era o dono do engenho e os trabalhadores, as casinhas eram de palafita, e aí depois começou as olarias também que o dono do engenho de cana tinha o comércio e ele mesmo afiava os

trabalhadores que trabalhavam, recebiam em mercadoria essas coisas e praticamente não viam o dinheiro, só ficavam devendo para o patrão porque o salário era pouco do trabalhador e a mercadoria era cara, por isso que surgiu a preocupação do padre na época, o padre José de acertar as cantinas comunitárias nas ilhas, a organização nossa do movimento social junto com a paróquia das ilhas, cada comunidade fez uma cantinazinha, colocava a mercadoria para vender pr'as famílias nas comunidades com preço bem baixinho.” (Presidente do MORIPA/Líder comunitário).

“Fomos pra Brasília pra levar o projeto de pedido da regularização fundiária das terras nossas que a gente tinha essa preocupação de tomarem as terras e principalmente os donos de engenho, os donos de olaria, aí houve essa preocupação, e aí nesse pedido da legalização fundiária das terras surgiu o projeto em Terras de Marinha, Projeto de Assentamento de Terras de Marinha, porque não existia antes, era só projeto em terra firme, projeto de assentamento e aí ficou lá engavetado até quando o Lula assumiu, quando o Lula ganhou a presidência e assumiu em janeiro de 2002, e em março de 2003 ele já assinou o projeto nosso de assentamento em terras de marinha. O Lula assinou o projeto de assentamento em terras de marinha que não existia, foi um projeto pioneiro” (Presidente do MORIPA/Líder comunitário).

“A partir de quando o Lula assumiu, ele começou a trazer as políticas públicas através do projeto de assentamento... o projeto de assentamento foi uma coisa que seguiu muito as famílias, porque, devido a situação ser muito precária, as famílias estavam se mudando pr'a cidade, mas através do projeto de assentamento a gente seguiu as famílias nas ilhas, e hoje, a gente vê que já tem uma outra estrutura nas nossas ilhas... já tem uma outra produção que é o açaí hoje, as famílias estão estruturadas com seu manejo, hoje já tem o trabalho do manejo, então através do

projeto de assentamento e do movimento social teve muito essa conscientização também do não desmatamento..." (Presidente do MORIPA/Líder comunitário).

Hoje, todas as comunidades das ilhas tem suas terras regularizadas em um total de 24 assentamentos (PAEs), que são representados por três movimentos: o Movimento de Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas dos PAE de Abaetetuba (MORIPA), o Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas de Várzea (MORIVA) e o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba (STTR), cada um representa oito assentamentos, mas se unem quando a pauta de discussões, reivindicações ou resistência é de interesse comum. Por exemplo, através do projeto de assentamento, o MORIPA conseguiu cursos para os alunos do assentamento, para as pessoas que estavam já formadas no ensino médio pudessem cursar a universidade, e assim conseguiram o curso Pedagogia das Águas. Além disso, os movimentos MORIPA, MORIVA e STTR servem para organizar, mobilizar e conscientizar. Por exemplo, chega uma ação no INCRA, eles mobilizam os movimentos, se juntam e vão até a sede do INCRA em Belém fazer uma ação.

A gente fica saindo quase toda semana, a gente está nas ilhas, nos assentamentos nossos, as associações que são nossas do MORIVA, vai um pessoal do MORIVA, as associações que são do MORIPA vai o pessoal do MORIPA, a gente tem uma coordenação, tem um presidente, tem o tesoureiro, tem o secretário, tem uma coordenação de cada movimento que coordena as associações, que vai lá, faz as reuniões, troca de direção, porque cada assentamento tem uma direção, tem um presidente, tem uma diretoria, né... aí terminou o mandato, a gente vai lá reúne, troca a diretoria[...] reunião política, por exemplo, a gente vai fazer [...] a gente mobiliza, olha, hoje nós vamos fazer uma reunião política lá na ilha, na tua ilha, mobiliza lá que a gente vai fazer..." (Presidente do MORIPA/Líder comunitário).



Figuras 14 e 15: À esquerda, a liderança apresenta um de seus dois poços de piscicultura, onde reproduz e cria tambaqui. À direita, apresenta o processo da confecção artesanal de matapi (armadilha de pescar camarão de água doce). Abaetetuba/PA. Junho de 2019.

6. Os Megaprojetos e o Movimento de Ribeirinhos e Ribeirinhas das Várzeas de Abaetetuba (MORIVA): Questão Agrária e Segurança Alimentar

A visita aconteceu no dia 25 de junho de 2019, e onde estiveram presentes Marina Londres, Fábio de Castro e Sacha Siani. O senhor entrevistado foi uma liderança local envolvida na Comissão Pastoral da Terra (CPT) e no MORIVA (Movimento de Ribeirinhos das Várzeas de Abaetetuba). Ele explicou sobre os sistemas de posse da terra e as lutas para resistir à construção do megaporto da Cargill. A organização social e seus aliados (organizações como a CPT) mobilizam comunidades nas ilhas Abaetetuba para entender as ameaças envolvidas na construção do porto e se engajar em múltiplas e coordenadas formas estratégicas de resistência (Figura 16).

O entrevistado nos explicou que a Comissão Pastoral da Terra (CPT), está dividida em 10 equipes, uma para cobrir cada região no estado do Pará, dentre essas, está Belém, Marajó, Guajarina, Santarém, Marabá, Xinguara, Aricuru, Maracanã, Moju, Tomé-Açu e Concórdia. Na região de Abaetetuba, tem uma equipe de seis pessoas, cinco mulheres e um homem. A CPT desenvolve ações sociais ligadas à justiça social no campo, defesa de territórios, resistência à megaprojetos e agroecologia. Dentre essas ações, está o projeto *Yacumama* (que na língua indígena significa ‘mãe água’).

Segundo ele, esse projeto está vinculado ao resgate da biodiversidade ribeirinha, com o objetivo de revitalizar aquilo que a população local, tradicionalmente, tinha como produção, como riqueza, como sustentabilidade, e que em certa medida foi se perdendo [...] “*quer comer banana agora nas ilhas tem que comprar na cidade... comer maxixe, abóbora, tem que comprar na cidade coisa que a gente vendia na cidade: arroz, milho, feijão, café, cacau, então o nosso projeto é revitalizar isso*”. Ou seja, o projeto *Yacumama* tem um enfoque de diversificação da produção baseado na biodiversidade local e nos conhecimentos tradicionais para promover melhorias sociais, conservação e segurança alimentar.

“A essência [...] essência florestal, frutífera, medicinal, ornamental, isso, e frutífera [...] esse é um pouco o projeto nosso, é fazer com que, aqui, a gente viva essa auto-sustentabilidade sem que a gente tenha que devastar [...] o excesso pode vender na cidade, na região aqui, mas a ideia é que a gente tenha esse projeto em vigor, nós começamos há 3 anos atrás [...] levantamos e aí a gente viu a carência da biodiversidade nossa, o que nós tínhamos antes tem quase 100 essências que ninguém viu mais, essências florestais, frutíferas [...] então a nossa intenção é revitalizar isso, a gente faz as chamadas permutas, as trocas” (Presidente do MORIPA/Liderança local).

Além da CPT, como presidente do MORIVA, ele trabalha com movimento social em Abaetetuba e tem uma especificidade de trabalhar a questão da terra, ajudar a questão fundiária e, em suas palavras, *“tudo aquilo que, desde a mística da terra, da água, a gente segue uma diversidade”*. O Movimento de Ribeirinhos das Várzeas de Abaetetuba (MORIVA) foi criado para representar um grupo de associações. Como eles já trabalhavam com vários grupos, agentes ambientais, técnicos agrícolas, os alunos do curso Pedagogia das Águas da Universidade Federal do Pará (UFPA), e os vários assentamentos, movimento de mulheres, eles, então, criaram esse movimento que pudesse cuidar de todas essas colaborações. Em 2006, foi criado o MORIVA, quando também começaram a fazer um trabalho de resgate da história local, do movimento social que surgiu em 1982, do trabalho com os ribeirinhos e com os quilombolas.

Em 2000, eles fizeram a primeira ocupação no INCRA, passaram uma semana lá, do lado de fora, sem que os oficiais permitissem que eles entrassem no prédio do INCRA, foram várias vezes. Segundo ele, só entraram no INCRA quando o Lula ganhou, a partir de 2003. *“Quando o Lula assume, o Lula cria os projetos, aí inclui todo mundo. Nessa região aqui do Marajó, região de Abaetetuba, Santarém de toda a região do estado do Pará, o projeto foi criado e rapidamente, tem mais de 300 projetos desses chamados de PAE, então foi um pouco dessa história, nossa*

aqui, dessa revolução do projeto, nessa linha do projeto de assentamento agroextrativista, as RESEXs também funciona muito bem, com várias políticas" (Presidente do MORIPA/CPT/Liderança local).

6.1. Ameaças de destruição, megaprojetos e resistência organizada

Os movimentos sociais locais estão desempenhando dura e organizada resistência à construção de um megaporto de escoamento de soja nas ilhas de Abaetetuba. Segundo ele, o “Pará 2030” é o grande projeto do Governo Estadual que contempla seis portos que já foram leiloados, além da construção de outros megaprojetos, como a hidrovia do Marajó para quem vem de Manaus e Amapá e a hidrovia Araguaia-Tocantins que é aquela que passa por Tucuruí.

Tem também o chamado Pedral do Lourenço no Itupiranga, então Araguaia-Tocantins, exatamente, com essa influência da mineração e do grão para trazer a soja de vários estados do Brasil, via barça e o porto de desembarque e embarque dos navios seria nesse porto a ser construído na ponta das ilhas de Abaetetuba, porque está mais próximo do oceano, o que permite facilidade e rapidez para saída de 3 em 3 dias um navio de 300, 400 toneladas de grãos.

Naquela parte das ilhas de Abaetetuba, os representantes da Cargill identificaram condições edáficas e profundidade apropriadas para executar o projeto do porto. Segundo nosso entrevistado, o então secretário de transporte do governo de Temer que trabalhava com EIA-RIMA, comprou a propriedade naquela localização, para revender para a Cargill e obter lucro pessoal. Por outro lado, os movimentos sociais organizados de Abaetetuba (incluindo MORIVA, MORIPA, Sindicato e associações) fizeram todo um trabalho de conscientização dos moradores das Ilhas. Prepararam uma mobilização para acontecer no dia de uma audiência com a SEMA (Secretaria do Meio Ambiente) no dia 27 de junho de 2019.

Além da organização e intensa mobilização social local para resistir à construção do megaporto da Cargill, as organizações locais interagem com as organizações de outros municípios que enfrentam desafios semelhantes, além de outras equipes do CPT e a organização

não governamental FASE. Essas parcerias reforçam os fluxos de informação para ajudar a organizar a resistência.

“É um pouco essa ideia da questão do desentendimento que se está tendo de um município que de um lado tem uma classe empresarial que torce pelo projeto, né? A prefeitura torce pelo projeto, mas nós sabemos que esses projetos nunca trouxeram desenvolvimento para ninguém, nós sabemos que hoje, por exemplo, ninguém toma dessa água mais. A poluição da nossa água é resultado da Hidro (mineradora canadense), toda essa área industrial que tem em Barcarena, uma série de situações [...] os esgotos da cidade, podemos dizer, o fluxo das embarcações que passam todo dia” (Presidente do MORIPA/CPT/Liderança local).

“Como eles não têm esses documentos de comprovação, a SEMA ainda não liberou, agora, se eles vão conseguir fazer isso nas ilhas, eu não acredito que eles façam porque a gente não vai aceitar, se eles tiverem outros mecanismos tudo bem, mas se depender desse da mobilização, o porto não vai ser construído” (Presidente do MORIPA/CPT/Liderança local).

“Eu trabalho na comissão Pastoral da Terra e a gente tem uma relação que [...] fui um dos coordenadores da CPT é o Gil, Gilson que mora lá em Santarém, tem um trabalho de base lá e sabe da dificuldade que a gente tem. Tem também a FASE que trabalha conosco que também tem trabalho lá pela essa região: Gurupá, esses municípios do Baixo Amazonas. Lá de Tapajós, Santarém, então nós temos uma relação de parceria, nós temos uma outra relação com o pessoal de Barcarena no Marajó, nós temos assim uma certa articulação e o problema de Santarém é o problema de Abaetetuba, problema de Barcarena, Marajó, porque vai afetar também Marajó. Aí de frente da baía do Capim, aliás, a Baía do Rio Pará vai ter um outro porto bem defronte lá onde vai ser implantado esse porto da Cargill, que também é da Cargill, você não imagina quantos caminhões e caminhões, carretas imensas transporta o grão pelas estradas, e aí chega em Barcarena lá no Trevo da Alça Viária onde estava funcionando a alça, agora vem pela balsa, quando chegar lá fica intransitado aquele trevo lá, caminhão e caminhão lá porque o porto é pequeno, ou seja, só tem um espaço para isso, eles querem desafogar, aqui,

exatamente evitar esses caminhão vir, eles querem trazer o material na barcaça."
(Presidente do MORIPA/CPT/Liderança local).



Figura 16: Entrevista da liderança local com a equipe AGENTES. Abaetetuba/PA. Junho de 2019.

7. Território Quilombola Laranjituba e as Lideranças Locais: Organização Social, Sistemas Agroflorestais e Manejo Florestal

A visita se deu na sede da associação local, onde foi feita uma conversa em grupo com as lideranças locais e os membros da equipe AGENTES Marina Londres, Fábio de Castro e Sacha Siani, no dia 26 de junho de 2019. Após essa conversa, fizemos uma atividade de mapeamento participativo, e por último, visitamos as áreas de produção, incluindo: uma roça coletiva do grupo de mulheres da comunidade, um viveiro de mudas de açaí, e outras espécies produtivas, e parte da área de floresta nativa de onde eles extraem a castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa*).

A área Quilombola Laranjituba e África é um território coletivo no qual as famílias se organizam em dinâmicas de governança local para possibilitar soluções de uso da terra, processos de tomada de decisão, trabalhos em grupo para plantações e manejo florestal, além de organização da produção e comercialização. O uso da terra na área é composto por um mosaico de florestas produtivas (primárias e secundárias/capoeiras, onde coletam castanhas e extraem cachos de açaí), sistemas agroflorestais (à base de mandioca, açaí e outras árvores frutíferas), pequenos lotes de mandioca, milho e plantações de maracujá. Suas terras são, majoritariamente, preservadas com cerca de 60% de floresta primária e cerca de 30% das florestas secundárias (capoeiras) e sistemas agroflorestais (Figuras 17 a 20).

Durante a entrevista coletiva, eles nos contaram um pouco da história de como o território Quilombola Laranjituba e África foi reconhecido e titulado. Segundo eles, o Padre Sérgio foi o primeiro que começou a trazer as discussões sobre a possibilidade de se demarcar os títulos coletivos das comunidades Laranjituba, África e Castanhanduba, para assegurar a terra e impedir ameaças de invasão e expulsão dos moradores. Depois de muita discussão, eles deram entrada no processo de regularização do território quilombola e conseguiram o título coletivo, em 2005, das áreas comunitárias, e em 2008, eles conseguiram titular toda a área, tanto de uso familiar (moradias e roças) quanto de uso coletivo (florestas onde extraem castanha do

Pará e açaí), compondo 1.107 hectares, 130 famílias. Relataram que outras comunidades que não tiveram seu território demarcado estão sofrendo constantes invasões e ameaças. A tradição local de realizar mutirões e trabalhos coletivos influenciou muito a organização social que, hoje, opera no território. Nossa visita aconteceu durante uma atividade coletiva da comunidade, para construir um galpão de festas e reuniões.

“A gente sempre trabalhou em coletivo, só que não era dessa maneira, por exemplo, era pra fazer a roça, aí meu pai trazia um convidado, aí saía convidando de porta em porta, aí dava os homens pra derrubar, pr’a roçar e as mulheres iam pr’a capinar a roça [...]. agora a gente já consegue fazer alguma coisa do projeto, da associação, no coletivo que todo mundo vai trabalhar lá dentro pr’a na hora de vender e dividir [...] mas a gente sempre teve essa prática de trabalhar em coletivo, às vezes, um vizinho tá precisando de ajuda, tá doente [...] olha, vai ter que fazer uma ação, tem um rapaz ali que tá internado no hospital com diabete, aí nós nos reunimos terça, pintamos a casa deles, nós fomos, cobrimos, retalhamos tudinho, uma outra comunidade lá de Moju Mirim veio pr’aí, nos ajudou [...] aí eu acho que mais um dia de trabalho lá e a gente já deixa a casinha dele pronta [...] tem essas coisas assim que a gente faz, alguém tá precisando, a gente se reúne: olha, tem que ajudar [...], às vezes, tem alguém que tá internado, o pessoal da comunidade: olha, a gente tá precisando fazer um bingo pra angariar dinheiro pra mandar pro fulano lá, sempre ajuda” (Liderança local).

Segundo os relatos, a partir do processo de titulação da terra, eles começaram a conhecer seus direitos e, em 2012, eles conheceram a organização não-governamental FASE, e através dessa parceria com a FASE, foram conhecendo outras realidades. Fizeram vários intercâmbios, foram conhecer as ferrovias no estado do Maranhão, a destruição no Carajás (PA), foram para Santarém (PA) conhecer a realidade dos indígenas, das populações afetadas pela Cargill. Através dessa conscientização, eles conseguiram impedir que uma ferrovia fosse construída passando no meio do território deles. Além disso, a FASE também ajudou a facilitar a construção de um Plano de Uso na comunidade que viabiliza uma governança para o uso sustentável dos recursos naturais locais. Passaram a fazer um manejo do açaizal presente em

uma parte baixa da porção florestal denominada por eles de “Igapal”. Eles arrecadam 10% de toda a produção da comunidade para a associação. Fazem reuniões mensais para tratar de vários assuntos, tanto de governança interna, quanto de articulações e ações para fora do território. Vendem seus produtos tanto para atravessadores quanto para feiras de agricultura familiar em Abaetetuba e Santarém.

De todo o território, eles afirmam que não têm mais de 20 hectares desmatados para moradia, área comunitária e roças, e que a maior parte da área coletiva é preservada com florestas primárias. Não vivem mais, prioritariamente, das roças, e não derrubam novas áreas para fazer novas roças. As roças, atualmente, servem principalmente para subsistência, e a renda maior é proveniente do manejo do açaí, da castanha do Pará complementada pela farinha de mandioca, o cupuaçu, a bacaba (*Oenocarpus bacaba*), o uxi (*Endopleura uchi*), o piquiá (*Caryocar brasiliense*), entre outros.



Figuras 17 e 18: À esquerda, plantação de mandioca. À direita, produção comunitária de mudas de açaí. Território Quilombola Laranjituba e África. Abaetetuba/PA. Junho de 2019.



Figuras 19 e 20: À esquerda, reunião com lideranças da comunidade. À direita, floresta de uso coletivo onde os moradores do quilombo manejam açaí e extraem castanha do Pará. Território Quilombola Laranjituba e África. Abaetetuba/PA. Junho de 2019.

8. Mapeamento Participativo

Foram realizadas duas atividades de mapeamento participativo. Nas duas atividades, o método de mapeamento participativo se baseou nos conhecimentos e saberes tradicionais locais, onde os próprios participantes enumeravam as variáveis a serem identificadas no mapa dentro dos temas determinados e desenhavam em um papel transparente fixado sobre a imagem de satélite. Posteriormente, esses mapas foram digitalizados pela equipe de análises geoespaciais do Projeto AGENTES.

A primeira atividade de mapeamento participativo aconteceu no dia 21 de junho de 2019 e, da equipe AGENTES, estavam presentes Marina Londres (que conduziu a atividade), Maria Tengö, Carl Salk e Gabriela Russo; e no dia 24 de junho de 2019, presente apenas Marina Londres. Nessas atividades estavam presentes lideranças da COFRUTA e do Sindicato de trabalhadores Rurais (STTRA). Portanto, um mapa foi apresentado aos participantes, no tamanho A0 (84,1cm x 118,9 cm), ilustrando a área do município sobre uma imagem de satélite, com o propósito de capturar informações de uma forma mais ampla na paisagem. A imagem de satélite utilizada foi adquirida gratuitamente na plataforma da Agência Europeia Espacial (ESA), obtidas através do sensor Sentinel-2, na resolução espacial de 10 m, em julho de 2017. Essa imagem foi escolhida por apresentar menor presença de nuvens, os quais poderiam dificultar a identificação das localidades pelos participantes.

Durante o mapeamento participativo (com lideranças da COFRUTA e STTRA), o enfoque foi: (1) sistemas de produção tidos como soluções transformadoras (p. ex., manejo de produtos florestais não-madeireiros, manejo de açazais, sistemas agroflorestais, agricultura familiar diversificada); e (2) a distribuição espacial da atuação das organizações sociais de base no município de Abaetetuba (Figuras 21 a 24).

A segunda atividade de mapeamento participativo aconteceu durante a visita ao território Quilombola Laranjituba e África, no dia 25 de junho de 2019, e onde estiveram presentes Marina Londres, Fábio de Castro e Sacha Siani e as lideranças locais da comunidade.

Nesse mapeamento, o enfoque foi dado, especificamente, nos tipos de cobertura vegetal no território em questão e nos diversos usos da terra desempenhados pela população local. A mesma imagem de satélite Sentinel-2 descrita previamente foi utilizada para elaborar um mapa ilustrando os limites do território quilombola Laranjituba e África (Figuras 25 a 28). Os mapas utilizados no campo foram gerados adotando a composição verdadeira (RGB-4/3/2) para facilitar o reconhecimento dos elementos da paisagem pelos participantes. Entretanto, os mapas digitalizados aqui nesse documento foram elaborados na falsa-cor (RGB-1/4/3), para facilitar a visualização dos sistemas de produção e organizações sociais.



Figuras 21, 22, 23 e 24: Oficina de mapeamento participativo quanto às atividades produtivas sustentáveis e aos movimentos/organizações sociais, com lideranças da COFRUTA e Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais de Abaetetuba (STTRA). Abaetetuba/PA, Junho de 2019.



Figuras 25, 26, 27 e 28: Mapeamento participativo quanto às atividades produtivas e cobertura do solo no território Quilombola Laranjituba e África e, com lideranças e moradores locais. Abaetetuba/PA. Junho de 2019.

8.1. Resultado das Oficinas de Mapeamento Participativo

Os resultados dos mapeamentos participativos estão apresentados nas figuras 29, 30 e 31. O mapeamento participativo realizado em Abaetetuba demonstra a diversidade de iniciativas produtivas sustentáveis e sua distribuição espacial pelo município. No mapa

temático “Soluções Estratégicas” (Figura 29), estão representadas as atividades produtivas, consideradas pelos atores locais (que participaram das oficinas de mapeamento) como sustentáveis ecologicamente (ou de baixo impacto ambiental) e responsáveis pelo aumento e diversificação da renda da população rural da região.

As atividades mapeadas foram: o manejo de açazais (para comercialização do fruto e aproveitamento do caroço para óleo); o manejo e preservação de espécies oleaginosas (andiroba, ucuúba, patauá, miriti, murumuru, tucumã); a agricultura familiar diversificada, em sistemas agroflorestais (SAF), sistemas agroextrativistas (SAE); o manejo da pesca; e o manejo da palmeira jupati (*Metachirus nudicaudatus*) para confecção das armadilhas de camarão (matapi).

Os sistemas agroflorestais (SAF) estão concentrados no interior (continente), enquanto os sistemas agroextrativistas (SAE) são conduzidos nas ilhas compostas por florestas secundárias de várzea. Assim, o manejo florestal do açaí é realizado nas ilhas e nas florestas de várzea próximas ao rio (polígonos amarelos, ver figura 29). Sementes oleaginosas de árvores nativas são manejadas e coletadas em ilhas e áreas do interior. Para além do consumo local e subsistência, grande parte da produção proveniente das chamadas ‘soluções estratégicas’ é beneficiada e comercializada através da cooperativa de pequenos produtores e extrativistas locais, a COFRUTA, além das feiras e do porto de Abaetetuba.

O mapa temático “Governança/Organizações Sociais” (Figura 30) representa a existência e atuação, em escala espacial, de organizações de luta pelo direito à terra, à sobrevivência digna, a oportunidades de alavancar sistemas de conservação produtiva, a resistência à megaprojetos, entre outras pautas. São estes: Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba (STTRA), Associação Quilombola das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA), o Movimento de Ribeirinhos e Ribeirinhas dos PAEs das Ilhas de Abaetetuba (MORIPA), o Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), a Associação de Mulheres Raízes do Ramal do Bacuri, a Associação de Mulheres Artesãs do Rio Jenipaúba, a

Associação de Mulheres do ramal Pirocaba; também está representado neste mapa as unidades e cooperados da COFRUTA, e os assentamentos do INCRA.

Por último, em uma escala menor, o mapa temático do Território Quilombola Larangituba e África (Figura 31) representa a diversidade de usos da terra e o elevado nível de conservação florestal do território. A cobertura florestal e usos mapeados foram: florestas baixas com predominância de açaí, onde é feito o manejo da espécie e o enriquecimento a partir de plantio de mudas (Açaizal); locais de regeneração florestal recente, onde há cerca de sete anos havia uma roça de mandioca (Capoeira Fina); locais de regeneração florestal intermediária, onde há cerca de três a sete anos havia uma roça de mandioca (Capoeira Alta); locais de regeneração florestal avançada com ocorrência de madeiras de lei, como angelim (*Dinizia excelsa*), andiroba (*Carapa guianensis*), timborana (*Piptadenia sp*), e copaíba (*Copaifera langsdorffii*), e onde de 10 a 40 anos atrás havia uma roça de mandioca (Capoeirão); florestas primárias onde os moradores fazem a coleta de frutos/sementes de castanha-do-Pará (Castanhal/Floresta Madura); locais de plantio de mandioca para subsistência (Roça); e pequenas plantações de maracujá (*Passiflora edulis*) para comercialização. Esse mapa (Figura 31) ilustra um mosaico da diversidade de soluções produtivas e o nível de conservação florestal desempenhadas pela comunidade local.

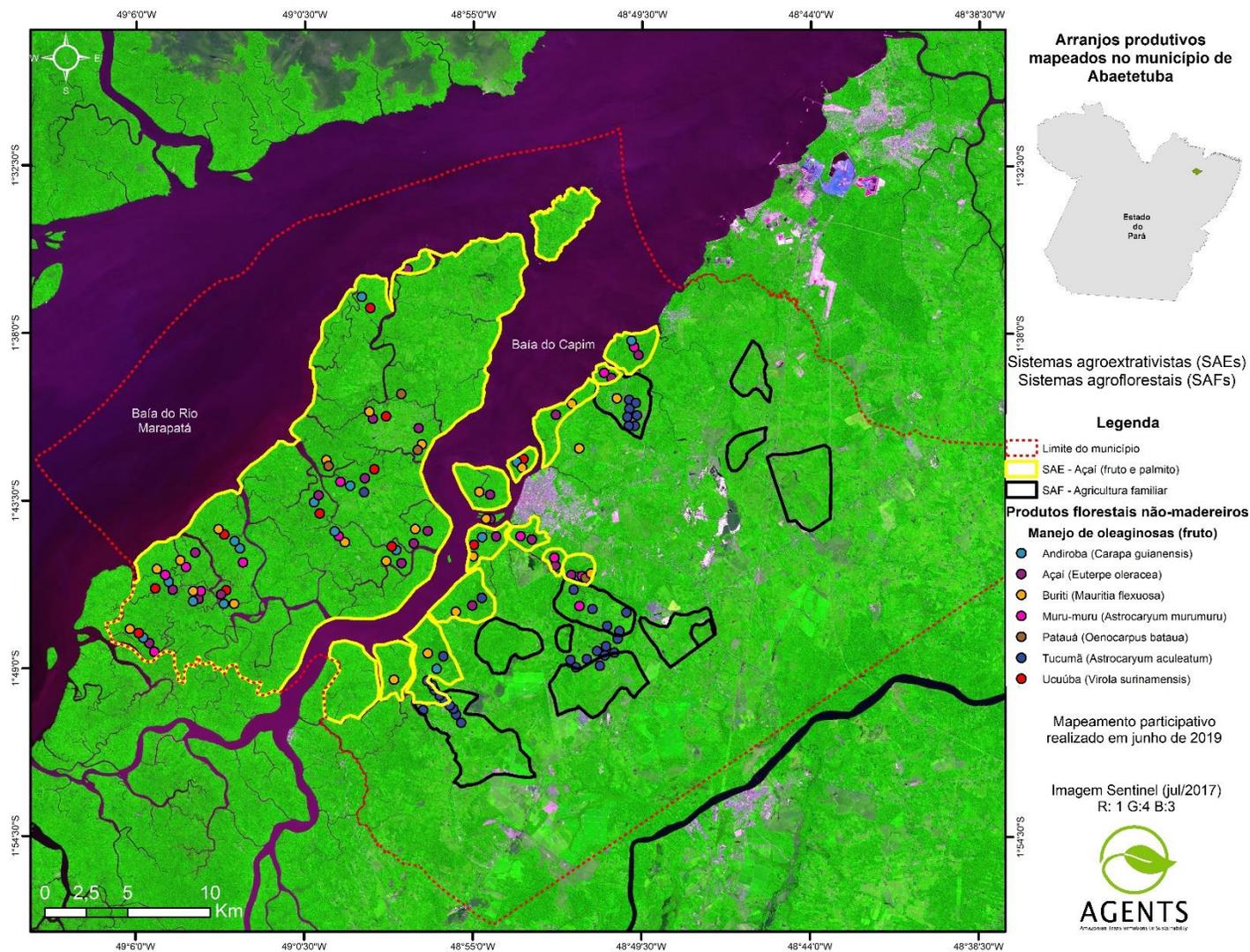


Figura 29: Soluções estratégicas de produção. Município de Abaetetuba e distribuição de sistemas de produção sustentáveis (Elaborado por lideranças locais com facilitação de M. Londres e digitalizado por D. Tourne).

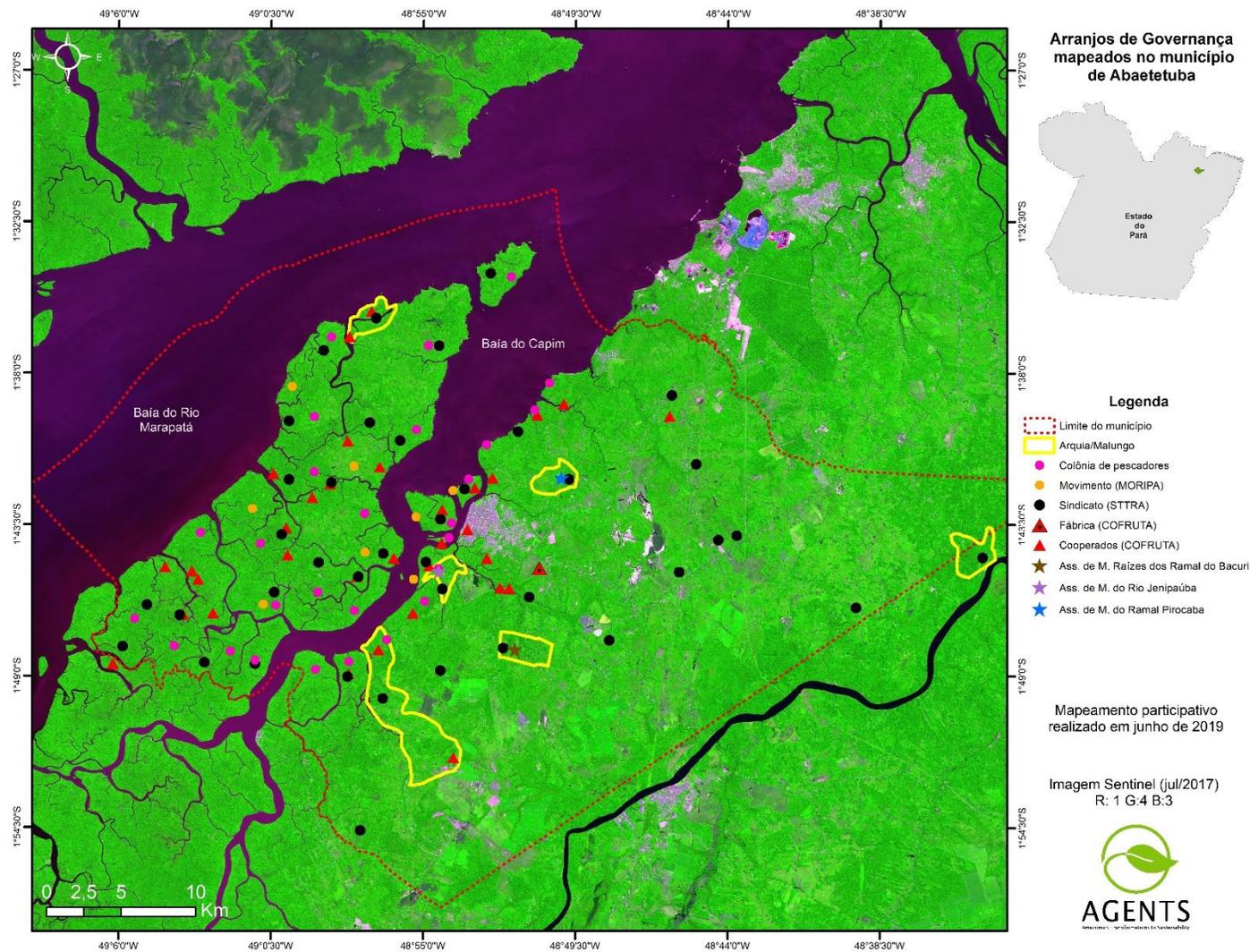


Figura 30: Governança/Organizações Sociais. Município de Abaetetuba e distribuição de sistemas de produção sustentáveis (Elaborado por lideranças locais com facilitação de M. Londres e digitalizado por D. Tourne).

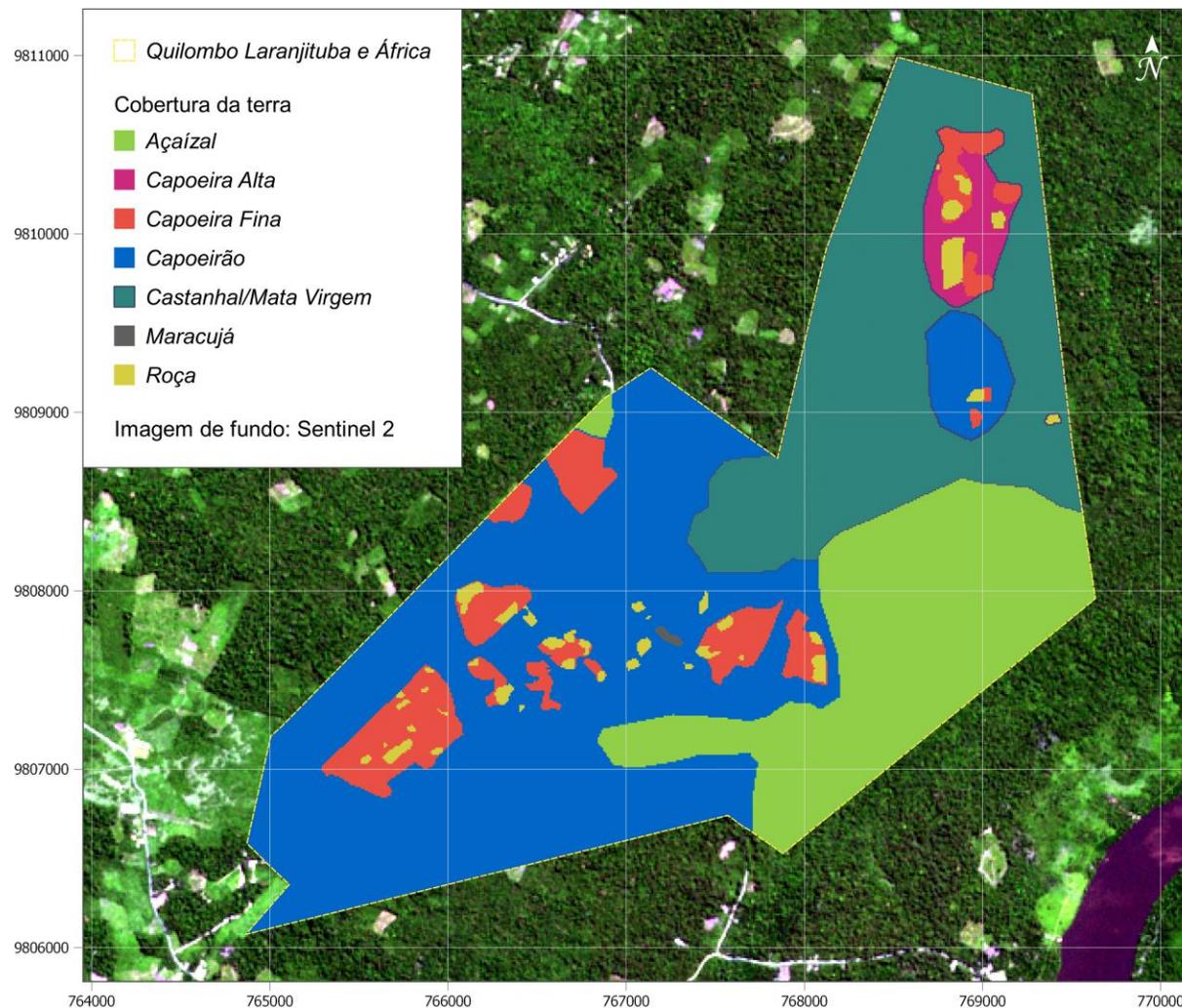


Figura31: Território Quilombola Laranjituba e África: cobertura da terra e usos da terra desempenhado pela população do local. (Elaborado por lideranças locais com facilitação de M. Londres e digitalizado por S. Siani).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações reunidas neste trabalho de campo conduzido no município de Abaetetuba/PA em junho de 2019, serviram para entender as complexidades do contexto local, dinâmica territorial, modelos de uso da terra, sistemas de governança local, além de começar a entender em profundidade as iniciativas bem-sucedidas. Diversas evidências de mudança de uso da terra em direção à diversidade e sustentabilidade foram observadas em Abaetetuba, como as florestas de várzea produtivas nas ilhas, baseadas em açaí e outras essências florestais, em áreas onde, anteriormente, tinham sido desmatadas para a produção de cana de açúcar em sistemas de monocultura. Na terra firme, a agricultura familiar está, gradativamente, convertendo a prática de agricultura de corte e queima para os sistemas agroflorestais baseados em frutíferas e produtos florestais não madeireiros.

Além dos sistemas de produção, outros aspectos notáveis em Abaetetuba são os arranjos de governança e movimentos sociais muito bem articulados, que incluem o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba com uma influência bem difundida em todo o município (ilhas e continente), as associações de comunidades nas ilhas, as associações de comunidades na terra firme, as associações de mulheres, o Movimento de Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas dos PAEs de Abaetetuba (MORIPA), o Movimento de Ribeirinhos das Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), as associações quilombolas, a Coordenação de Associações de Comunidades Remanescentes de Quilombos (MALUNGO), e suas parcerias com outros movimentos em outros municípios e com instituições como a FASE, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e em alguns casos, o Ministério Público.

Foi interessante notar também, que esses movimentos estão articulados entre si, ou seja, têm reivindicações e agendas específicas, mas, por algumas pautas, se articulam e agem conjuntamente como, por exemplo, contra o estabelecimento do porto da Cargill nas ilhas baixas. Ademais, dentro desses sistemas de governança, os movimentos sociais foram os atores

chaves nas reivindicações e demarcações de terras, de forma que, atualmente, eles têm as Reservas Quilombolas, os assentamentos agroextrativistas (PAEs), dentre outras modalidades de segurança territorial. Esses movimentos vêm funcionando como um engajamento político, para reivindicar direitos de todos os tipos, por exemplo, sistemas educacionais mais adaptados à sua realidade, saúde, infraestrutura e arranjos coletivos de trabalho.

O histórico de articulação social do município permitiu a mobilização de arranjos de mercado promissores, como o caso da COFRUTA, uma cooperativa criada e gerida por agricultores familiares e extrativistas no município de Abaetetuba que está gerando renda para pequenos agricultores e extrativistas e permitindo a conservação de sistemas florestais produtivos. As informações, tanto das entrevistas quanto das visitas de campo, serão usadas para refinar as questões de pesquisa e coproduzir conhecimentos que serão usados para entender e dar visibilidade a esquemas de conservação desenvolvidos localmente que sejam socialmente benéficos.

AGRADECIMENTOS

A equipe do projeto AGENTES expressa seu profundo agradecimento a todos os participantes e colaboradores que receberam os pesquisadores deste projeto e, gentilmente, permitiram-nos conhecer as iniciativas desenvolvidas no município de Abaetetuba (Pará). Ressaltamos que o projeto seguiu as normas de éticas em pesquisa e solicitou todas as autorizações necessárias, bem como o consentimento dos participantes, via oral e/ou escrito, para divulgação de informações aqui descritas.

Essas iniciativas estão contribuindo para a conservação da biodiversidade, para ao direito ao território pelas comunidades locais, para desenvolvimento sustentável, para a difusão de tecnologias acessíveis, para a adoção de boas práticas de produção, e sobretudo, para a melhoria da qualidade de vida do povo amazônico. Conhecê-las, permite dizer ao mundo que ações sustentáveis estão acontecendo na Amazônia, e ainda observar a importância das organizações governamentais e não-governamentais no fortalecimento dessas atividades.

Parabenizamos, portanto, a todas as pessoas e organizações civis, públicas e privadas pelo importante trabalho que as mesmas vêm realizando nessa região em prol de um desenvolvimento regional mais sustentável. Entretanto, sabemos que muito ainda precisa ser feito para que o modelo de desenvolvimento voltado para agrossociobiodiversidade seja fortalecido e incorporado nas atividades econômicas da região Amazônica. Iniciativas nós já temos!

O projeto AGENTES é financiado pelo Programa de Pesquisa conjunto do Belmont Fórum e NORFACE sobre Transformações para a Sustentabilidade, co-financiados pela FAPESP (Brasil), NSF (Estados Unidos), NWO (Holanda) e VR (Suécia).



(Equipe AGENTES)

Governança da Amazônia para Viabilizar Transformações para a Sustentabilidade (AGENTES)

<https://agentes.casel.indiana.edu/>

